

# Adicional de periculosidade em debate

**Je**  
Jornal do Engenheiro

Lucas Lacaz Rutz/Folhapress

As regras para a remuneração extra a quem trabalha com energia elétrica foram objeto de seminário realizado pelo SEESP no dia 16 de setembro. Segundo especialistas, o pagamento com acréscimo de 30% é devido, basicamente, a quem atua em instalações ou equipamentos energizados em alta tensão e em baixa no Sistema Elétrico de Consumo (SEC).

*Página 6*



# OITENTA ANOS *de luta*

O SEESP É HOJE UMA GRANDE ENTIDADE. Com uma base de representação de mais de 200 mil profissionais e tendo ultrapassado os 50 mil associados, a entidade está presente em todo o Estado por meio de suas 25 delegacias sindicais, além da sede na Capital. Representa coletivamente a categoria, oferece um amplo leque de serviços aos seus filiados e tem importante inserção nos debates das grandes questões nacionais. Assim, é com orgulho que vemos o nosso sindicato consolidado e respeitado ao completar 80 anos de existência.

Eng. Murilo Celso  
de Campos Pinheiro  
*Presidente*

O caminho até essa condição começou a ser percorrido no dia 21 de setembro de 1934, quando 12 destacados nomes da engenharia paulista tomaram a decisão histórica de criar uma entidade que representasse todos os profissionais do Estado e fundaram o SEESP. A partir do Movimento Renovação, nos anos 1980, o sindicato engrossou, com outros setores, a luta pelo fim da ditadura, e aproximou-se das suas bases. Mais tarde, encampou o combate ao desmonte das empresas públicas que o processo de privatização desencadeou. Mais recentemente, nos anos 2000, teve início uma nova etapa da nossa história, com o engajamento ainda maior ao debate sobre o desenvolvimento

nacional e a busca de saídas à estagnação que impedia o Brasil de prosperar.

O primeiro ponto a ser destacado nessa trajetória de lutas é o fortalecimento da atuação do SEESP na defesa dos direitos dos engenheiros e na luta por novas conquistas. Representando cerca de 100 mil profissionais nas negociações coletivas feitas com inúmeras empresas e organizações patronais, dos mais diversos ramos econômicos, nos setores público e privado, o sindicato vem, ano após ano, garantindo avanços em benefício da categoria. Nas campanhas salariais de 2014, registraram-se, entre recomposição da inflação e ganhos reais, que elevaram o aumento, na média, para cerca de 7%.

Tem sido ainda pauta constante de luta a defesa do piso da categoria previsto na Lei 4.950-A/66, estipulado em nove salários mínimos vigentes no País para jornada diária de oito horas, além de um plano de carreira que propicie a valorização permanente do profissional, condições de trabalho adequadas e acesso à qualificação constante.

Ainda no âmbito sindical, o SEESP teve atuação decisiva na constituição e fortalecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), propiciando

*O SEESP comemora o seu 80º aniversário como uma entidade representativa junto à categoria e com importante inserção nas questões nacionais.*

uma ação integrada dessas categorias. Para além dessa ação, o sindicato tem como primordial na sua agenda o debate acerca do desenvolvimento nacional. Essa vertente se traduz a partir do engajamento ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e em constante renovação e aprimoramento. Na fase atual, a iniciativa está voltada ao combate à desindustrialização do País.

Em consonância com essa preocupação, o SEESP criou e mantém o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), credenciado pelo Ministério da Educação em 2013 para oferecer o primeiro curso de Engenharia de Inovação do Brasil, consolidando a contribuição da nossa entidade ao esforço de formar mão de obra qualificada de primeiríssima linha.



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: [imprensa@seesp.org.br](mailto:imprensa@seesp.org.br). Site: [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br). Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 30 de setembro de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A  
**ANATEC**  
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



# Cinco temas fortes

João Guilherme Vargas Netto

DIFERENTEMENTE DO NÁUFRAGO SOLITÁRIO que lança ao mar a garrafa com sua mensagem e fica esperando que alguém a recolha e o atenda, o movimento sindical articulado precisa insistir e fazer chegar às diversas candidaturas sua voz forte e unitária, exigindo compromissos firmes e encaminhamentos concretos em torno de, pelo menos, cinco temas de sua pauta.

O primeiro deles é a manutenção da atual política de valorização do salário mínimo, que todos apoiam, mas não garantem sua execução integral. O segundo é a correção da tabela do Imposto de Renda e o aumento das isenções para os trabalhadores. A presidente Dilma Rousseff, que é também candidata, deveria, desde já, garantir a correção dos 4,5%, cuja medida provisória caducou.

O terceiro é o engajamento na luta pelo controle das terceirizações, que são a porta de saída dos direitos trabalhistas e da formalização, cujos efeitos civilizatórios são confirmados pelo engenheiro e economista Luiz Carlos Mendonça de Barros em artigo de sua autoria publicado no jornal *Valor Econômico* do dia 15 de setembro, disponível em <http://goo.gl/2t83uY>.

O quarto é o compromisso com a substituição do fator previdenciário por uma fórmula que não penalize os trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho mais cedo. O Sindicato Nacional dos Aposentados, filiado à Força Sindical, já apresentou sua pro-

Política de valorização do salário mínimo, combate à terceirização, mudança no fator previdenciário, redução da jornada e correção da tabela do IR são fundamentais.

posta, que pode servir de base às negociações e votações futuras.

E, finalmente, o quinto é o encaminhamento político da redução constitucional da jornada de trabalho. Tal diminuição já vem acontecendo na vida real (horas efetivamente trabalhadas) e sendo negociada em vários acordos e convenções coletivas, podendo ser, eventualmente, gradual, como já foi proposto pelo vice-presidente da República e candidato à reeleição, Michel Temer.

João Guilherme Vargas Netto  
é consultor sindical do SEESP



**Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?**

**Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.**

**Anuncie aqui!**

**(11) 99173-0651**

**(11) 3284-9880**

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

# CANDIDATOS *apresentam*

Soraya Misleh

NESTE MÊS DE SETEMBRO, foi a vez de os candidatos ao Senado Ana Luiza Figueiredo Gomes (PSTU), Marlene Machado (PTB) e Gilberto Kassab (PSD), bem como do presidenciável José Maria Eymael (PSDC) e do postergante à reeleição a vice-presidente Michel Temer (PMDB) participarem do ciclo de debates “A engenharia, o Estado e o País”, na sede do SEESP, na Capital. Promovida por essa entidade desde 1998, a iniciativa contou neste ano com a presença de 12 dos concorrentes a cargos majoritários nas próximas eleições – todos foram convidados.

Na oportunidade, além de apresentarem suas propostas à categoria e debaterem com esse público, receberam das mãos de Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do sindicato, a publicação “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios”. Versão atual do projeto lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006, o documento reúne as contribuições dos engenheiros ao desenvolvimento nacional sustentável com distribuição de renda.

## Governar para os trabalhadores

Presente no dia 3, Ana Luiza saudou a iniciativa do SEESP de possibilitar a todos – “grandes e pequenos” – apresentarem suas propostas. Segundo sua preleção, os três principais candidatos a presidente nestas eleições abarcam o financiamento de grandes empresas, “que não fazem doações, mas investimentos”. Ela concluiu: “Não sabemos quem vai ganhar, mas já sabemos quem vai governar.” Na sua concepção, é preciso mudar a lógica atual e governar para os trabalhadores. Sob essa ótica e com mobilização, ela acredita que se alcançam as soluções para graves problemas enfrentados pelos brasileiros. “Na saúde, pessoas morrem nas filas dos hospitais. Na educação, os jovens saem do ensino fundamental sem conseguir interpretar um texto, e ainda há milhões de analfabetos.” Com relação ao transporte, enfatizou: “O alto custo leva 1/3 da população a realizar seu percurso a pé.” Sobre direito à moradia, apontou: “Há 6 milhões de habitações vazias no País e um déficit de 5 milhões. Vamos discutir quantos imóveis cada pessoa pode ter e a cobrança progres-

siva de seus impostos, para obter mais recursos e se assegurar esse direito básico.” A candidata mencionou ainda a grave crise de abastecimento de água em São Paulo. “O problema é como se utilizam os recursos públicos. Quarenta por cento do orçamento vai para pagamento de juros da dívida pública, já paga. Vamos fazer uma auditoria para esclarecer a população sobre isso.”

Ademais, para se assegurar serviços de qualidade, Ana Luiza defendeu a reestatização do patrimônio público. No que tange ao combate às opressões, salientou a realização de campanha contra o machismo e a defesa de legislação relativa à criminalização da homofobia, bem como a luta contra o racismo.

## Em defesa da família

Falando aos engenheiros no dia 8, Marlene Machado afirmou seu compromisso de “resgatar os valores da família, hoje desestruturada”. Ela complementou: “É o momento de renovação, de trabalho, com muita determinação e transparência.” Marlene esteve no sindicato acompanhada de dois engenheiros e dirigentes licenciados dessa entidade – os candidatos pelo seu partido a deputados federais Silvana Guarnieri (vice-prefeita de Diadema) e Pedro Tuzino –, bem como a estadual Campos Machado.



Marlene Machado: compromisso com social e resgate dos valores da família.

Ao iniciar sua preleção, a postulante ao Senado falou de sua trajetória de 16 anos de realização de trabalhos sociais no Estado de São Paulo, que a levou a disputar o cargo majoritário nestas eleições, sendo representante desta localidade. “Atuo dentro das comunidades, vendo os anseios e necessidades dos paulistas.” Também salientou o trabalho à frente do PTB Mulher. “É o maior movimento de mulheres do País. São mais de 50 mil filiadas e mais de 140 mil seguidoras.” Fator que a credenciou para ser escolhida como candidata, uma experiência nova a ela, que até agora não havia atuado “nos gabinetes” do Parlamento. Empresária formada bacharel em Direito, mãe e dona de casa, ela destacou a coragem das mulheres ao enfrentarem uma candidatura, como é seu caso. “Preparei-me para a disputa e para assumir o Senado. Temos propostas. A educação está falida, na saúde, pessoas estão morrendo nas filas, mães ficam sem atendimento. A maioria das mulheres precisa trabalhar fora e não tem onde deixar os filhos. Estou comprometida em fazer o melhor”, garantiu. E completou: “Nós, mulheres, somos 53% do eleitorado. Fazemos a diferença, estamos comprometidas com o social, queremos um Estado muito mais digno. Quando falo das mulheres, falo da família, de sua defesa.”

## Lutar por São Paulo

Ex-prefeito da Capital, Gilberto Kassab participou da atividade no dia 16. Colocando-se como a opção de “renovação” em relação aos concorrentes diretos, Eduardo Suplicy (PT), com mandato atualmente, e José Serra (PSDB), que já exerceu o cargo (eleito em 1994), ele criticou o conjunto da bancada paulista. “São Paulo perdeu representação em Brasília nos últimos 30 anos. Quando houve a ameaça à Zona Franca de Manaus, os senadores do Amazonas ameaçaram parar as votações. Os do Rio se mobilizaram para defender o direito aos royalties do petróleo. Os de São Paulo não fazem isso.”

Entre as iniciativas que, em sua opinião, deveriam ser tomadas, Kassab incluiu a revisão no pacto federativo de modo a permitir que o Estado receba mais recursos. “No ano

Ciclo de debates recebeu em 2014 vários concorrentes aos cargos majoritários no próximo pleito nacional – todos foram convidados.



Ana Luiza: reestatizar o patrimônio público e combater as opressões.

# As propostas À CATEGORIA



**Gilberto Kassab: decepção com senadores que representam o Estado de São Paulo.**

passado, São Paulo arrecadou para a União R\$ 323 bilhões; teve retorno de cerca de R\$ 27 bilhões, menos de 10%.” Segundo o candidato, há grave carência de recursos financeiros, que impedem a solução de inúmeros problemas enfrentados por São Paulo, como a baixa qualidade do ensino público, a falta de segurança, o problema da mobilidade urbana e até a crise hídrica.

Kassab afirmou que, se eleito, pretende aprovar um projeto nacional de incentivo ao ensino integral nas escolas municipais. Ainda na educação, o candidato do PSD afirmou que defenderá o estímulo à pesquisa. Para a saúde, a proposta são mais verbas e descentralização. Na área da segurança pública, defendeu melhores salários aos policiais e garantia de recursos “carimbados” para o setor. Prometeu trabalhar também por uma reforma tributária que vise “a redução da carga de impostos e a desburocratização”. E propugnou por uma reforma política que impeça a existência de “legendas de aluguel”.

## Democracia cristã

No dia anterior (15), José Maria Eymael discorreu sobre seu programa de governo e contou aos presentes sobre as contribuições da democracia cristã ao processo da Constituinte. “Defendemos sociedades livres, justas e solidárias”, afirmou o empresário e advogado especialista na área tribu-

tária, que ganhou popularidade com o *jingle* “Ey Ey Eymael”, composto em 1984 pelo alfaiate José Raimundo de Castro. A citação do candidato faz referência a uma das suas 145 contribuições à Constituição Federal de 1988, o inciso 1º, do artigo 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária.”

Conforme explanou, a “democracia cristã” viveu duas “tragédias”: “Em 1965 ocorreu a primeira, que foi o Ato Institucional número dois do regime militar, que extinguiu 13 partidos, criando o bipartidarismo.” O outro momento difícil descrito por ele foi em 1993, quando a legenda fundiu-se com o PDS de Paulo Maluf.

Eymael defendeu a extinção de ministérios, sem citar quais, deixando um número entre 15 e 20, e a criação de outros dois: o da Segurança Pública e o da Família. A família, para ele, deve ser constituída somente por casais do sexo oposto. “Nada contra a união entre pessoas do mesmo sexo, mas o casamento deve ser somente entre homem e mulher”, disse.

Faz parte ainda das suas propostas a redução da carga tributária, a promoção de espaços culturais nas periferias, o investimento no esporte amador como porta de entrada para o profissional, uma política nacional de segurança prevendo a integração



**José Maria Eymael: cortar “supersalários” e reduzir carga tributária.**

das inteligências das polícias de todo o País, o corte dos “supersalários” e inversões maciças em banda larga, sem detalhar metas.

## Carreira pública de Estado

Candidato à reeleição para vice na chapa da presidente Dilma Rousseff, Michel Temer expressou, no dia 17, o apoio ao Projeto de Lei nº 13/2013, o qual dispõe sobre a carreira pública de Estado para a categoria, em todas as esferas. Também se comprometeu a ajudar os engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo, em campanha por reajuste salarial e valorização profissional.

Na sequência, ele fez uma retrospectiva dos principais momentos históricos nacionais, desde a proclamação da República, em 1889, e a primeira Constituição, em 1891, passando pelos governos de Getúlio Vargas, a ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1988, a Constituinte de 1986, os primeiros governos eleitos até os dias atuais. “Saímos de um sistema autoritário e centralizador, e estamos tomando um ‘banho’ de democracia. Hoje temos o direito de protestar, passamos da fase de querer apenas o pão sobre a mesa, agora queremos serviços mais eficientes”, referindo-se aos movimentos de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas em todo o Brasil exigindo vários direitos, entre eles ao transporte público mais barato e eficiente.

Segundo Temer, as ações do governo federal têm como base a Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere aos direitos à alimentação e moradia. No primeiro caso, ele citou o programa Bolsa Família. “Conseguimos tirar 40 milhões de brasileiros da extrema pobreza.” Em relação à moradia, ressaltou a importância do Minha Casa, Minha Vida, com a construção, em vários estados do território nacional, de mais de 1 milhão de residências populares. E concluiu destacando a importância da categoria a um projeto nacional: “Queremos mais futuro, mais mudanças, mais desenvolvimento, e os engenheiros ajudam a fazer esse amálgama.”



**Michel Temer: importância da categoria a um projeto nacional.**

*A todos, foi entregue o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios”, versão atual da iniciativa da FNE.*

\*Colaboraram Deborah Moreira, Rita Casaro e Rosângela Ribeiro Gil



# Seminário debate *adicional de periculosidade* no setor elétrico

Rosângela Ribeiro Gil

O TRABALHO COM ELETRICIDADE exige procedimentos padronizados e treinamento específico e é bastante vulnerável à ocorrência de acidentes, inclusive fatais. Por isso, a legislação brasileira prevê, como matéria constitucional, devidamente regulamentada, o adicional de 30% sobre o salário para as atividades classificadas como perigosas. Recentemente, em 16 de julho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a Portaria nº 1.078, que aprova o Anexo IV da Norma Regulamentadora 16 (NR16), referente às atividades e operações perigosas com energia elétrica.

Esse foi o tema sobre o qual se debruçaram técnicos e especialistas em segurança do trabalho no seminário realizado pelo SEESP, pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) e pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), em 16 de setembro, na sede do sindicato, na Capital paulista.

Em sua exposição, o auditor fiscal do MTE Luiz Carlos Lumberas Rocha relacionou os trabalhadores que têm direito ao adicional, a partir da portaria, como os que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão e também em baixa tensão no Sistema Elétrico de Consumo (SEC), conforme estabelece a NR-10, que dispõe sobre a segurança em instalações e serviços em eletricidade. De acordo com essa, o SEC envolve os equipamentos e instalações que utilizam a energia gerada, transmitida e distribuída.

A norma também classifica a tensão elétrica, distinguindo a alta tensão (supe-

rior a mil volts em corrente alternada ou 1.500 volts em corrente contínua) da baixa tensão (superior a 50 volts em corrente alternada ou 120 volts em corrente contínua e igual ou inferior a mil volts em corrente alternada ou 1.500 volts em corrente contínua). O adicional não é devido em instalações ou equipamentos liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental. Estão fora do espectro legal, ainda, as atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão e naquelas elementares realizadas em baixa tensão, tais como o uso de equipamentos energizados e os procedimentos de ligar e desligar circuitos elétricos, conforme as normas técnicas.

*Pagar a remuneração extra não exime as empresas de cumprirem normas de segurança, observa o procurador do Trabalho Ronaldo José de Lira.*

O engenheiro e diretor da Delegacia Sindical do SEESP em Bauru, Aguinaldo Bizzo, realçou a forma de elaboração da portaria, construída em observância ao sistema tripartite, que regulamentou o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterado pela publicação da Lei 12.740/2012, e incluiu, no rol das atividades ou operações perigosas, o trabalho com energia elétrica, definindo a abrangência desse direito para os sistemas elétricos de potência e de consumo. Ele observa, a partir de uma análise técnica e no âmbito da engenharia, que a portaria traz como condição intrínseca para possível descaracterização do adicional o atendimento às prescrições da NR10. O que significa, aponta, que devem ser adotadas medidas para proteção aos riscos de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas. Todavia,

prosseguiu, as empresas não estão preparadas para atender aos requisitos da NR10, porque normalmente as instalações elétricas no País são construídas sem sua observância. “Opta-se pela utilização de EPIS (*Equipamentos de Proteção Individual*) ou outros métodos de proteção ao trabalhador.” Bizzo informou que mais de 80% de todos os acidentes elétricos industriais são resultado de arco elétrico e combustão de roupas inflamáveis. Na perspectiva social e jurídica, o procurador Ronaldo José de Lira, do Ministério Público do Trabalho (MPT), foi categórico: “O fato de se pagar os adicionais não exime as empresas de cumprirem nenhuma norma regulamentadora.” Em primeiro lugar, ressaltou, estão a saúde e a segurança do trabalhador. “O bem maior tutelado é a vida.”

## Campos eletromagnéticos

Robson Spinelli Gomes, diretor técnico da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), órgão do MTE, abordou os riscos à saúde para quem trabalha nas linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica. Segundo ele, a legislação ainda não contempla as vibrações em que o trabalho se dá nos campos de média e baixa frequência, embora os riscos existam. Todavia, já há estudos, inclusive da Organização Mundial de Saúde (OMS), que relacionam a incidência de tumores cerebrais à exposição aos campos eletromagnéticos. A pesquisa científica, observa, tende a aumentar nessa área em razão do *boom* das telecomunicações e da velocidade da informação. “Não temos como ignorar essa situação”, advertiu, exemplificando com um caso recente – ocorrido em empresa no Sul do País –, onde se definiu como nexos causais da morte de dez trabalhadores de manutenção de antena, com idade entre 30 e 40 anos, por câncer agressivo, o ambiente laboral do setor elétrico.

Confira as exposições na íntegra em:

<http://goo.gl/N9JuNi>

<http://goo.gl/apiZES>

<http://goo.gl/LOBKgJ>

<http://goo.gl/jeQfKi>



Portaria nº 1.078, que aprovou Anexo IV da NR16, foi amplamente discutida por especialistas em seminário realizado no SEESP.

## Cursos

## SANTOS

Universidade Santa Cecília  
(Unisantia)

Site: [www.unisantia.br](http://www.unisantia.br)

E-mail: [extensao@unisantia.br](mailto:extensao@unisantia.br)

Telefone: (13) 3202-7104

• **Introdução à engenharia submarina.** Esse curso de extensão tem como objetivo apresentar a modalidade, fazendo a descrição das atividades relacionadas ao projeto, instalação, operação e manutenção de equipamentos e dutos submarinos. O início está previsto para 18 de outubro, com término no dia 8 de novembro próximo. Carga total de 24 horas. Preço: R\$ 600,00, sendo R\$ 300,00 de matrícula mais uma parcela de igual valor.



básicas de apresentação em público. Serão realizados seis tomadas de filmagens individuais através das quais o participante poderá observar seus pontos fracos, a fim de aprimorá-los. A atividade ocorrerá na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, na Rua Verbo Divino, 1.488, 3º andar. Valores: associado premium VDI, R\$ 325,00; associado VDI, R\$ 650,00; estudante associado premium VDI, R\$ 225,00; associado AHK, R\$ 550,00, não associado, R\$ 650,00; e não associado – estudante, R\$ 325,00.

**Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (Ibape/SP)**

Site: [www.ibape-sp.org.br](http://www.ibape-sp.org.br)

E-mail: [cursos@ibape-sp.org.br](mailto:cursos@ibape-sp.org.br)

Telefone: (11) 3105-4112, ramal 206

• **Avaliação de terrenos urbanos pelo método involutivo vertical.** O curso tem como objetivo apresentar excelente ferramenta para avaliação de terrenos urbanos, ou lotes, na ocorrência de pequenas amostragens com número insuficiente de dados coletados e efetivamente utilizados. Carga total de 24 horas. Valores: R\$ 711,00 para sócios que façam a matrícula até o dia 22 de outubro; após essa data, R\$ 924,00; não sócio, até o dia 22, R\$ 1.140,00; depois, R\$ 1.342,00.

## SÃO CAETANO DO SUL

Instituto Mauá de Tecnologia (IMT)

Site: [www.maua.br](http://www.maua.br)

E-mail: [posgraduacao@maua.br](mailto:posgraduacao@maua.br)

Telefone: (11) 4239-3401, das 11h às 22h

• **Engenharia de automação e controle industrial.** Pós-graduação, com carga total de 180 horas, cujo objetivo é aumentar a competência técnica em projetos de produtos e de processos relacionados a aplicações de instrumentação. Integrando conhecimento e tecnologia e incorporando aspectos práticos absolutamente essenciais, o curso apresenta as mais atualizadas ferramentas para capacitação de profissional de alto nível. Valor: 11 parcelas de R\$ 1.130,00.

## SÃO PAULO

Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (VDI-Brasil)

Site: [www.vdibrasil.com](http://www.vdibrasil.com)

E-mail: [eventos@vdibrasil.com.br](mailto:eventos@vdibrasil.com.br)

Telefone: (11) 5180-2316

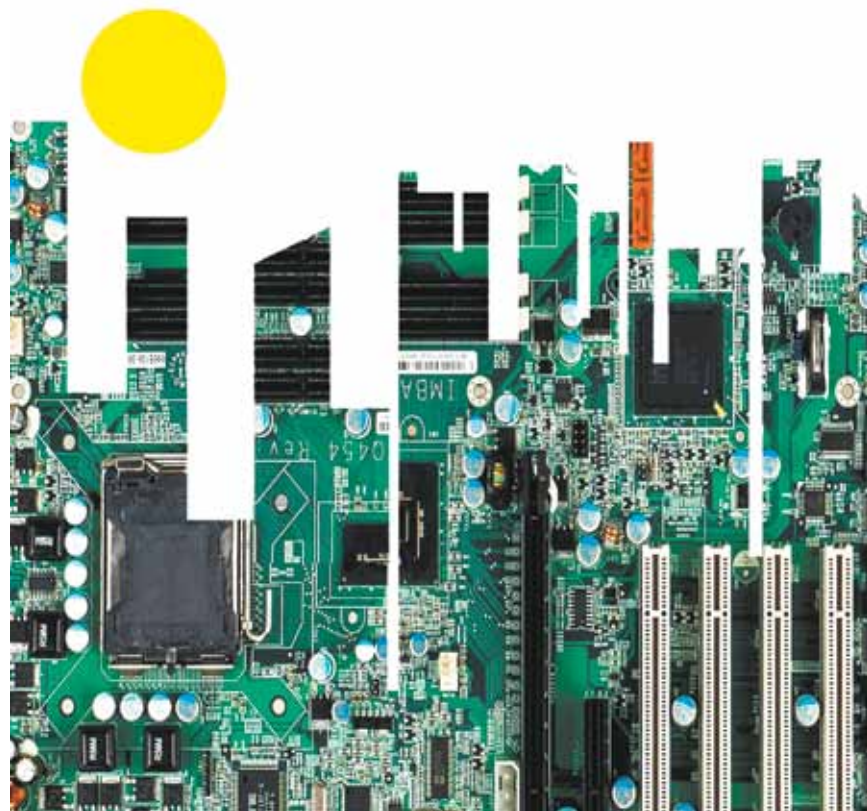
• **Falar em público para engenheiros.** O seminário, que será realizado no dia 29 de outubro, das 8h30 às 17h30, visa desenvolver a habilidade de expressão oral e corporal dos participantes por meio de técnicas

# Seminário discute impacto urbano de parque tecnológico

O SEESP promoverá em 1º de outubro, das 8h às 12h, seminário sobre a relação entre o recém-criado Parque Tecnológico de São Paulo e a área urbana do entorno, adjacente ao *campus* da Universidade de São Paulo (USP).

A questão central é se o local está devidamente preparado para se transformar em um polo de inovação, com atração de empreendimentos de base tecnológica. A atividade reunirá especialistas em parques tecnológicos e urbanismo que abordarão os seguintes temas: “O Parque Tecnológico de São Paulo: ambiente urbano local” e “O meio urbano do Jaguaré: desafios e oportunidades”.

É necessário fazer inscrição prévia pelo e-mail [contatos@isitec.edu.br](mailto:contatos@isitec.edu.br) ou telefone (11) 3254-6856. O evento, que tem o apoio do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), ocorrerá na sede do sindicato (Rua Genebra, 25, Bela Vista, SP).





# Homenagem aos 50 anos da FNE

As cinco décadas de existência da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), completadas no dia 25 de fevereiro deste ano, renderam importante homenagem à entidade, na Câmara dos Deputados, em Brasília. À abertura da solenidade, realizada em 2 de setembro, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que presidiu a sessão, destacou a importância da FNE nos vários debates nacionais. Observou, ainda, sua trajetória de luta em benefício não só da categoria que representa, mas de todo o povo brasileiro. Nesse contexto, parabenizou a entidade pelo esforço em discutir e apresentar propostas aos atuais desafios brasileiros, como os de âmbito tecnológico. Na sua concepção, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), cujo mantenedor é o SEESP e que conta com o apoio da FNE, poderá se transformar em um centro de excelência na produção de conhecimento e na formação de quadros para o novo cenário nacional.

Representando o PMDB, o deputado cearense Mauro Benevides observou que a federação jamais reduziu sua participação



Murilo Pinheiro (no púlpito), presidente da FNE, agradece homenagem na sessão presidida pelo deputado Paulo Teixeira (à mesa).

em projetos de grande alcance, que têm repercussão direta na economia do País. “Tal prestígio não poderia ser ignorado por esta Casa. Por isso, temos o dever de render essa homenagem a uma entidade que comunga com as aspirações mais democráticas da sociedade”, afirmou. Já o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) ressaltou: “A FNE realiza um trabalho que escuta a todos e tem, como resultado, a criação de um objetivo comum, que tão bem representa a atuação da engenharia nacional na construção da democracia.”

Ao final, Pinheiro agradeceu a homenagem, reafirmando o compromisso da federação com o

desenvolvimento sustentável com distribuição de renda. Ele lembrou que, ao completar 50 anos, a FNE apresenta ao País a nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulado “Novos desafios”, que se debruça sobretudo em estancar a desindustrialização precoce no Brasil, mas também propugna pela continuidade dos investimentos em infraestrutura.

Participaram do evento, entre outras autoridades e representantes dos 18 sindicatos filiados à FNE, os deputados Chico das Verduras (PRP-RR), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Chico Lopes (PCdoB-CE) e Edinho Bez (PMDB-SC).

## Presidente do SEESP é patrono de formandos de engenharia da Unisanta

Em 4 de setembro, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente dessa entidade, participou da formatura de 67 turmas de Engenharia da Universidade Santa Cecília (Unisanta), de Santos. Escolhido patrono dos formandos, em sua preleção, ele destacou a importância dos novos colegas estarem presentes nas ações e lutas da categoria em prol da valorização profissional,

citando, especificamente, a defesa da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso do engenheiro em nove salários mínimos vigentes no País para jornada de oito horas diárias.

Ainda na ocasião, Pinheiro pontuou os desafios do País, reunidos em nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulada “Novos desafios”, lança-

da em julho último. A área pode contribuir, e muito, para fazer frente a eles, como no que concerne à urgência em se avançar na industrialização, com inovação e ganhos de produtividade. Desde já, Pinheiro incentivou os novos profissionais a comporem a frente da engenharia que congrega um Brasil avançado, democrático, sustentável e desenvolvido socialmente.

## Assinados acordos coletivos com o Grupo CPFL Energia

Até agosto último, com a participação dos diretores das delegacias sindicais do SEESP em Campinas e na Baixada Santista, foram assinados três acordos coletivos de trabalho (ACTs) de 2014 com oito empresas do grupo CPFL Energia, garantindo vários direitos aos engenheiros. Até 2013, o SEESP não negociava com as empresas de Jaguari, do Leste Paulista, do Sul Paulista e de Mococa. Para mudar tal situação, o sindicato teve de entrar com processo na Justiça. Como resultado desse esforço, pela primeira vez foi assinado o ACT com essas companhias, com a conquista dos seguintes benefícios: reajuste de 6,15% a partir de 1º de abril; auxílio-refeição no valor de R\$ 283,17, Participação nos

Lucros e Resultados (PLR), gratificação de férias, incentivo à aposentadoria, adicional de periculosidade, auxílio-creche, assistências médico-hospitalar e odontológica, plano de cargos e salários, previdência privada, entre outros.

### Mais conquistas

Os ACTs, com vigência a partir de 1º de junho, com a Companhia Paulista de Força e Luz, CPFL Geração de Energia S/A e CPFL Comercialização Brasil e Piratininga de Força e Luz também foram assinados. Entre outros itens, destacam-se: PLR de 1,40% do resultado dos serviços, 7% de reajuste salarial, 7,5% sobre o vale-refeição, 8,5% sobre o vale-alimentação, pagamento de vale-Natal no valor de R\$ 120,00, 6,38% para auxílio-creche e gratificação de férias.



Engenheiros aprovam acordo coletivo com o Grupo CPFL Energia, em Campinas.

## Palestra em Taubaté

Sobre automação de válvulas com atuador elétrico, a atividade ocorrerá no dia 25 de setembro, às 19h, na sede da Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté, com Régis Veit Somensi, gerente regional e administrativo de vendas da Coester Automação Ltda.. O público-alvo são engenheiros, técnicos de manutenção e usuários. Serão apresentados os con-

ceitos básicos de atuadores elétricos, dimensionamentos, opções de controle, configurações e redes, além dos cuidados necessários para a correta instalação e manutenção desses equipamentos. Mais informações pelos telefones (12) 3633-7371 e 3633-5411 ou e-mail taubate@seesp.org.br. A sede da delegacia fica na Rua Venezucla, 271, no Jardim das Nações.